

SISTEMA DE LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO ELETRÔNICO - SLCe

DocumentoNúmeroFolhaAlvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar2025-65721-001/2

Proprietário/Possuidor

MARCELO PILEGGI

Contribuinte	Logradouro	Número	Complemento	CEP	CODLOG	Classificação Via	Zona(s)
016.018.0014-2	R ALEMANHA	0			006084	Local	MA, ZE 1, QA, ZEPEC
016.018.0014-2	R SUECIA	00238		01446-000	185094	Local	MA, ZE 1, QA, ZEPEC

Responsabilidade

Responsável Técnico pelo Projeto

Nome	CREA/CAU	Representante	CREA/CAU
CLAUDIO DESONTINI	600857309		

Responsável Técnico pela Obra

Nome	CREA/CAU	Representante	CREA/CAU
CLAUDIO DESONTINI	600857309		

Descrição / Amparo Legal / Nota / Ressalva

Emitido por: CAEPP-DERPP

Uso

Categoria	Subcategoria	Grupo de Atividade	Atividade
R	R1		

Descrição da Obra

Terreno Real: 576,07m2 Terreno Escritura: 576,07m2 Área Existente Regular: 514,80m2 Área a Regularizar: 0,00m2

Área a Demolir Regular: 0,00m2 Área a Demolir Irregular: 0,00m2 Área Total a Demolir: 0,00m2

Área a Construir: 23,65m2 Área a Reformar: 0,00m2

Área Computável: 538,45m2 Área Não Computável (estacionamento): 0,00m2

Área Não Computável (outros): 0,00m2 Área Total da Edificação: 538,45m2

Piscina descoberta: 0,00 m2 Quadra descoberta: 0,00 m2 Heliponto: 0,00 m2

Blocos

Amparo(s) Legal(is)

- 1) Lei nº 18.081/24.
- 2) Lei nº 17.975/23.
- 3) Lei nº 16.402/16.
- 4) Lei nº 16.050/14.



SISTEMA DE LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO ELETRÔNICO - SLCe

Documento	Número	Folha
Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	2025-65721-00	2/2

5) Lei nº 16.642/17, regulamentada pelo Decreto nº 57.776/17.

Nota(s)

- 1) As peças gráficas da edificação foram apresentadas na forma de projeto simplificado, conforme estabelecido nas normas municipais, sendo de total responsabilidade dos profissionais habilitados e do proprietário ou possuidor do imóvel:
- a) a definição e disposição interna dos compartimentos, suas dimensões e funções, especialmente no que se refere à acessibilidade e atendimento ao percentual mínimo de unidades acessíveis e de unidades adaptáveis, no que couber, conforme legislação federal, estadual ou municipal que regule a matéria;
- b) a segurança no uso das edificações, nos termos do Código de Obras e Edificações COE e legislação correlata; c) a observância das Normas Técnicas NTs e das disposições técnicas previstas no Anexo I do decreto regulamentar do COE.
- 2) A conformidade do projeto às normas técnicas NTs gerais e específicas de construção, bem como às Normas Técnicas Oficiais NTOs de acessibilidade e às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos aspectos interiores da edificação é responsabilidade exclusiva do responsável técnico pelo projeto.
- 3) Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.
- 4) Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emanação de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual n º 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual nº 59.263/13. A eficácia deste documento está vinculada ao não enquadramento da área como potencialmente contaminada, suspeita de contaminação, contaminada ou em monitoramento ambiental, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.564/03, da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo LPUOS e do Código de Obras e Edificações COE.
- 5) O projeto ora aprovado recebeu parecer favorável do CONDEPHAAT conforme documentos anexados ao processo administrativo.
- 6) O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.
- 7) O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.
- 8) Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.

Ressalva(s)
-----------	----

Processo Administrativo Data de despacho DOC

2024-0.002.411-8 02/09/2025